

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 87 Março de 2016
Contribuição: R\$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária

AVANÇA A PRIVATIZAÇÃO NA SAÚDE, EDUCAÇÃO, PETROBRAS...



CONJUNTURA NACIONAL

PARA RESOLVER SUAS CRISES, O CAPITALISMO
SEMPRE ATACA OS TRABALHADORES

MULHERES

O DESEMPREGO ESTRUTURAL E A MULHER
TRABALHADORA

FORMAÇÃO

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OFENSIVA
SOCIALISTA

SAÚDE PÚBLICA

A EPIDEMIA DO ZIKA: MAIS UMA FONTE DE
LUCRO PARA OS CAPITALISTAS

EDUCAÇÃO

PREPARAR A GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO
DOS DIAS 15, 16 E 17 DE MARÇO

SERVIÇO PÚBLICO

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS É PRECARIZAÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO

ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS

NA “MAIOR DEMOCRACIA DO MUNDO” NÃO
TEM NADA DE DEMOCRÁTICO

PARA RESOLVER SUAS CRISES, O CAPITALISMO SEMPRE ATACA OS TRABALHADORES

Estamos num momento de intensificação da crise econômica no Brasil, dentro de um cenário global marcado pela crise estrutural do capital.

O capital – para enfrentar a crise – precisa buscar válvulas de escape e encontrar saídas para sua crise. E o remédio é sempre o mesmo: aumentar a exploração sobre os trabalhadores e assim conseguir meios para controlar a situação econômica de crise, tudo para retirar ainda mais direitos do trabalhador.

O DESEMPREGO

Nos últimos meses, importantes fábricas anunciaram encerramento parcial de atividades, demitiram, reduziram produção... O próprio ministério do trabalho reconhece que em 2015 foram fechadas mais de 1,5 milhão de vagas de trabalho, abrangendo todos os setores da economia.

A Petrobrás demitiu 128.744 terceirizados entre dezembro de 2013 e junho de 2015, e agora planeja outra rodada de demissões de terceirizados. A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) está com os estoques de aço ultrapassando a capacidade de armazenamento, só no Rio de Janeiro foram mais de 700 demissões neste ano.

A Vallourec demitiu centenas no ano passado, deu férias coletivas para 800 em Jeceaba e também anunciou que encerrará sua produção de aço na capital mineira em 2018. Assim, o setor siderúrgico fechou quase 30 mil postos de trabalho nos últimos dois anos e paralisou ou desativou mais de 40 unidades.

A indústria automotiva encerrou o primeiro mês com 129.397 empregados (10,2% menos que janeiro de 2015). Em 2015, foram mais de 15 demissões e os que continuam trabalhando tiveram salários reduzidos, sistemas de layoff e

outros mecanismos que só ajudam a patronal.

As vendas no comércio varejista tiveram queda de 4,3% em 2015 (IBGE), e no atacado, queda em termos reais de 7,9% (Abad). Requerimentos de recuperação judicial cresceram 55,4% (Serasa Experian). Juntos, os setores do comércio e de serviços demitiram mais de 500 mil no ano passado.

O desemprego sobe em todas as regiões do país. E sabemos que a ameaça constante de demissão – com a qual o sistema do capital se beneficia – se torna uma tortura constante, porque vender nossa força de trabalho é a nossa única fonte de sobrevivência.

O DESEMPREGO É UMA POLÍTICA CONSCIENTE DA BURGUESIA

Muitos trabalhadores se questionam sobre até quando continuará essa onda de demissões. Podemos tentar apontar tendências...

Já falamos em outro momento da vulnerabilidade que o capital nacional e o governo deixaram o país ao supervalorizar o crescimento econômico baseado nas “commodities” (matérias primas), contribuindo com a submissão e dependência para com países desenvolvidos e industrializados.

Focou na exportação de commodities e não combateu a desindustrialização. Manteve a sangria do pagamento dos juros da dívida pública e processos de privatização (leilões de poços de petróleo, concessões, etc...), em detrimento de Saúde, Educação, etc... (com os resultados que estamos infelizmente vivendo, como a microcefalia).

A burguesia tem consciência de que suas medidas vão causar desemprego. É uma política premeditada pela burguesia, ou seja, optaram por ter desemprego para responder à crise.

Essa é a lógica da economia capitalista: vai por um lado e causa crise por outro.

**MAIS ENTREGAS,
MAIS PRIVATIZAÇÕES**

Os diversos ramos do capital colocam em prática os seus planos: reduzem salários e direitos, aumentam o ritmo de trabalho, aumentam o controle sobre o Estado e suas finanças, privatizam, enfim, a lista é interminável.

O governo já definiu qual caminho seguir, o de se curvar totalmente às exigências do capital internacional e cumprir a cartilha de austeridade.

Destacamos aqui alguns casos. As multinacionais imperialistas tensionam para manutenção de monopólios e aumento da concentração de capitais (fusão de empresas, destruição de concorrentes, compra de empresas públicas, etc).

Na Petrobrás, o capital estadunidense (Shell, Exxon) identificou a “oportunidade” deixada pelos malditos corruptos do governo. A Petrobrás passaria a alugar navios-sonda, construídos pela empresa Sete Brasil, incomodando um monopólio internacional de SBM, Schlumberg, Haliburton, Transocean, etc.

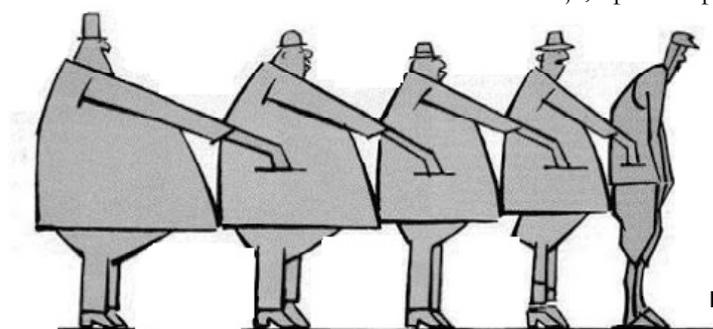
A Petrobrás pretende fazer nova rodada de venda de ativos (com o objetivo de arrecadar U\$ 14,4 bilhões), vendendo termelétricas, usinas de biodiesel e etanol, fábricas de fertilizantes, transportadoras de gás natural e parte da Braskem.

Sobre o Pré-Sal, o governo já havia oficializado a possibilidade de entrega de 70% de um importante recurso; agora o Senado, com apoio do governo, vai entregar os outros 30% para empresas concorrentes da Petrobrás.

Na produção de aço, o capital japonês quer hegemonizar. E os Estados Unidos impõem medidas protecionistas às exportações brasileiras.

É neste marco que ocorrem novos ataques à previdência, e cortes no orçamento para elevar o superávit primário (e pagar a dívida aos banqueiros e agiotas).

A intensificação das privatizações passa pelo PLS 555 (e abre brecha para transformar empresas públicas, como a CEF e Banco do Brasil, em sociedades anônimas) e com a proposta de venda de subsidiárias da Caixa Econômica (Lotex – raspadinha – e Caixa Instantânea).



No setor elétrico, há a privatização das distribuidoras de energia e estudos em andamento para privatização de 49% de Furnas.

ATÉ QUANDO...?

O governo petista é tão reacionário que, mesmo dentro dos marcos do capital, dentro de alternativas para se “administrar” a crise econômica no Brasil, existiriam outras alternativas. Por exemplo, a mudança da política cambial e da taxa de juros, e o que falar de alternativas nacionalistas, como por exemplo o Brasil de um orçamento “deficitário” pagou só de juros da dívida pública em 2015 o valor equivalente a mais de 4 Petrobrás em valor de mercado.

Porém, como não são alternativas que cumprem com o objetivo de válvula de escape do capital “avançado” – e não servem para deslocar momentaneamente as contradições nos Impérios –, nem isso (que ainda é uma solução burguesa) é adotado.

É a história do bombeiro louco: apaga-se o incêndio com gasolina. As medidas do governo petista (privatização, aumento da taxa de juros, etc), mesmo que garanta o deslocamento das contradições e tenha uma realocação de novos limites, tem como único efeito a continuidade da crise estrutural em novo patamar, mantendo o impedimento de um bem estar social nos países periféricos.

Então até quando? Qual seria o escape “exigido” na atual situação pelo capital? Seriam os 30% do Pré-Sal? Seria a elevação do limite da idade para se aposentar e um novo mercado consumidor de previdência privada? Seria o abandono total das sondas da Petrobrás e manutenção da dependência dos grandes conglomerados? Seria o aumento de jornada e redução salarial? Seria um novo patamar de intensa concentração e monopólio por setores desejados do capital imperialista?... Bem, qualquer nível de entrega ao capital é perda para o trabalhador, sem esquecer que saídas de escape são apenas momentâneas num cenário de crise estrutural, e preparam problemas maiores no próximo rearranjo.

A SAÍDA DOS TRABALHADORES

Além dos ataques no ano de 2015, houve resistência dos trabalhadores. Nas montadoras, por exemplo, a Volkswagen pretendia uma reestruturação, com redução de produção e demissão de 3,6 mil e extensão da jornada de trabalho em duas horas, com redução de salários. Contudo, a greve dos metalúrgicos impediu a totalidade do plano. Mas, por uma política da burocracia, mesmo assim a empresa conseguiu impor PDVs, lay-off, e Programa de Proteção ao Emprego (PPE – redução da jornada de trabalho com redução de salários).

É correto que um resultado assim não pode ser considerado uma vitória, porém, é uma derrota parcial, sem grandes baixas, dado o tamanho pretendido de ataque.

O abraço da direção do movimento ao PPE, sem dúvida limita uma saída pela positiva, e para um futuro promissor tem de entrar como elemento o avanço de consciência da classe.

Outras tantas greves se espalharam pelo país, colocando o ano entre os que mais houve greves nas últimas décadas. A greve da GM transformou as demissões em lay-off. E o que falar da greve nacional de Petroleiros, com rebelião de algumas bases contra as antigas direções e impedimento de retirada de direitos. E ainda a recente ocupação da Dako (fábrica da Mabe), após a justiça decretar falência.

É necessário um intenso trabalho de base, com materiais e organização dos ativistas. A verdadeira saída para a crise só pode ser dada pelos próprios trabalhadores. É necessário ampliar os bons exemplos, organizar as lutas para unificação dos trabalhadores, avançar nos métodos, superar a direção histórica do proletariado brasileiro que passou totalmente para o outro lado e só prepara traições e entregas.

Esses são os desafios colocados para nós da esquerda.

O DESEMPREGO É ESTRUTURAL E A MULHER DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA TEM SIDO DURAMENTE ATACADA

O aprofundamento da crise estrutural do capital afeta diretamente o mundo, as consequências são diversas. O desemprego tem sido uma das principais expressões da crise a nível mundial. E não se trata, aqui, de índices de desempregadas/os “aceitáveis” ao capitalismo (exército de reserva). Hoje, o capital não consegue mais controlar o crescimento deste exército de acordo com as suas necessidades, tornando o desemprego algo incontrolável, que tem colocado em xeque seu funcionamento vital.

Se antes a quantidade de mulheres sem emprego já era grande – e boa parte dela se dedicava a trabalhos domésticos – ou mesmo aos trabalhos informais e precarizados –, agora, este número só

tende a aumentar, empurrando a mulher brasileira mais à margem, tornando-se ainda mais oprimida.

De acordo os dados do IBGE (2016), a população brasileira é composta de 205 milhões de habitantes, sendo 51% de mulheres. A participação das mulheres ocupadas no mercado de trabalho representou, no último trimestre de 2015 e em Janeiro deste ano, cerca de 47,7%, em 2015 (1). Enquanto isso a taxa de homens ocupados é de 64% (idem). O que revela que a mulher ainda é minoria no mercado de trabalho, mesmo que representem um número maior que os homens com idade para trabalhar (IBGE, 2015) (2). No universo das mulheres ocupadas, o total das mulheres no trabalho precário e informal é de 61%,

no qual e a mulher negra é maioria (3).

No que tange ao desemprego, entre as mulheres é maior do que entre os homens. No primeiro trimestre de 2015, a taxa entre as mulheres foi de 9,6%, taxa maior do que no período anterior que foi de 7,9%. Entre os homens, a taxa foi de 6,6% (2).

As desigualdades refletidas no mundo do trabalho têm raízes históricas e sociais e contribuem para a própria manutenção da sociedade de classes. A mulher foi, e ainda é, um seguimento social historicamente subordinado e colocado numa posição de duplamente oprimida: de servidão ao marido e ao patrão.

O exército de mulheres

desempregadas reflete a sua subordinação em duas vias: a primeiro, que é histórica, é a necessidade do capital de oprimir mulheres que não estão no mercado de trabalho, colocando a mulher como serva do lar, voltadas ao trabalho doméstico, que consome horas de sua vida, não permitindo assim o desenvolvimento das suas potencialidades, para a ciência, o conhecimento etc.. Esse trabalho não mercantil cria as condições indispensáveis para a reprodução da sua força de trabalho e de seus maridos e filhos. (ANTUNES, 2010, p.27) (4).

A segunda via é que, para as mulheres desempregadas – independentemente de sua qualificação –, o espaço no mundo do trabalho lhe é ainda mais dificultado pela sua condição social de mulher. Numa sociedade onde as relações de gênero também refletem essas desigualdades, essas mulheres serão as primeiras a serem demitidas, como reflexo da divisão sexual do trabalho. Para homens e mulheres, numa sociedade dividida em classes, as “oportunidades” não são iguais, o desemprego tem fechado as portas para essas mulheres, colocando em risco, dessa forma, a sua própria sobrevivência.

É preciso unidade da classe trabalhadora! Sem trabalhadoras/es, a burguesia é incapaz de exercer o seu papel de classe dominante, uma vez que a classe trabalhadora é quem propicia as condições de existência das/os capitalistas (MARX, apud MÉSZÁROS, 2007) (5).

Lutamos por igualdade entre mulheres e homens, com direito ao trabalho para todas e todos! Com redução da jornada de trabalho, para que possamos ter uma vida mais plena, e não viver para trabalhar. Lutamos por uma revolução social, que nos permita ser socialmente iguais.

Nesse contexto histórico a luta por uma sociedade emancipada passa pela mulher. Sem as mulheres a luta vai pela metade! Pois, a opressão a mulher contribui com os interesses do capital. Superar essas desigualdades faz parte da construção de uma sociedade humanamente livre!

Referências

(1) Disponível em: <http://migre.me/t70dX>. Acessado em 24 de fev 2016.

(2) Disponível em: <http://migre.me/t70er>. Acessado em 24 de fev 2016.



(3) Disponível em: <http://migre.me/t70fp>. Acessado em 19 de Jan .2016.

(4) ANTUNES Ricardo, Produção liofilização e a precarização estrutural do trabalho. In: LOURENÇO Edvânia (org) et all. O avesso do trabalho II, trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Parte I, Cap I Mudanças no mundo do trabalho. 1.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 21- 40.

(5) MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, Manifesto comunista. Apud MÉSZÁROS. O desafio e o Fardo do tempo histórico. Desemprego e “precarização flexível”. São Paulo: Boitempo, 2007, p 142-160.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OFENSIVA SOCIALISTA

SÉRGIO LESSA

Ao menos desde as linhas iniciais do *Manifesto Comunista*, de 1848, escrito por Marx e Engels, na qual lemos “Um fantasma ronda a Europa, o fantasma do comunismo”, até os nossos dias, não é raro ser encontrada entre os revolucionários uma concepção segundo a qual o capitalismo estaria fadado a um inevitável desaparecimento. Do fato de que o capitalismo gera contradições que ele não pode superar, de que cria o “seu próprio coveiro”, o proletariado, por vias muito variadas chega-se, não raramente, à conclusão de que o fim do capitalismo seria não apenas inevitável mas, ainda, apenas uma questão de tempo.

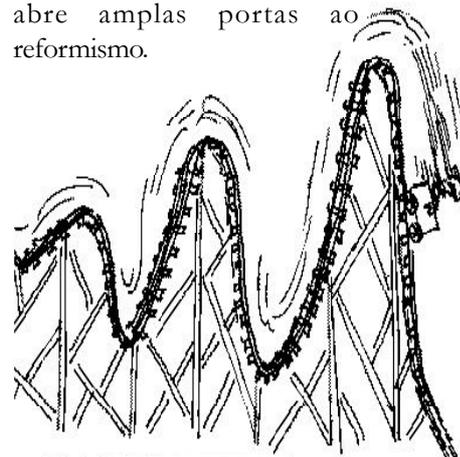
Nos períodos de crise revolucionária, como nos anos finais e posteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ou, ainda, de crises econômicas mais agudas, como quando da crise de 1929, os fatos fortalecem a aparência de que, de fato, o capital e o

modo de produção que ele estrutura terminariam por colapsar, dando origem ao comunismo. A cada aumento da intensidade da luta de classes ou, mesmo, de aprofundamento da crise econômica – pelas vias as mais diversas – muitas vezes chega-se à conclusão de que bastariam as contradições geradas pelo próprio capitalismo para que o capital desapareça da história.

Essa concepção, ingênua, está distante da concepção de revolução de revolucionários como Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, para não mencionar a de Marx e Engels. Além disso, ela foi poucas vezes sistematizada em uma teoria acabada, consistente. A mais famosa delas é o texto de Henryk Grossmann, *A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista*, de 1929. Sua tese fundamental é que as contradições econômicas inerentes ao modo de produção capitalista conduziria ao

colapso geral do sistema, independente do que os humanos fizessem. E pretendia haver demonstrado matematicamente essa inevitabilidade.

Politicamente, essa concepção faz um enorme estrago ao movimento revolucionário. Por duas razões, fundamentais. Primeiro, porque não corresponde à realidade do capital, nem do seu sistema. Em segundo lugar, porque abre amplas portas ao reformismo.



O COLAPSO AUTOMÁTICO DO CAPITAL

As propriedades privadas dos modos de produção pré-capitalistas, a saber, os modos de produção escravista, asiático e feudal, tinham como característica central uma rígida conexão à terra. Nesses três modos de produção, a acumulação da riqueza da classe dominante se fazia pelo aumento da propriedade da terra e pelo aumento de trabalhadores nela fixados. Ainda que sejam relações de produção muito diferentes e, portanto, que suas evoluções, suas histórias, sejam bastante distintas, nesses três modos de produção a acumulação da riqueza pela classe dominante tinha um limite físico: a partir de um determinado ponto da expansão, não havia mais forças econômicas e/ou militares para se conquistar mais terra e subjugar mais trabalhadores.

Ao atingir-se esse ponto, abrem-se as crises que conduziram os modos de produção feudal e escravista aos seus desaparecimentos. É o que Marx e, depois, Lukács, denominaram de “beco sem saída”: o escravismo e o feudalismo desapareceriam por suas próprias contradições (novamente: por mais diferentes que fossem as contradições e o modo desse desaparecimento). Ainda que no modo de produção asiático as coisas não tenham se passado exatamente assim, também nele o processo de acumulação encontrou seu limite na impossibilidade de se conquistar mais terras e/ou de fixar nela mais camponeses.

Para o nosso tema, o mais interessante para uma comparação é a transição do escravismo ao feudalismo. As contradições que dissolveram o escravismo foram geradas por ele próprio. A dissolução das relações escravistas de produção foi lenta, demorou cerca de 7 séculos para se completar (para alguns historiadores, mesmo 9 séculos)! Não havia uma classe revolucionária e a transição ocorreu sem qualquer direção política ou social. O escravismo foi desaparecendo e, lentamente, de modo muito desigual e contraditório, de seus vestígios foi surgindo o feudalismo.

Com o sistema do capital, nada disso irá acontecer. E o motivo fundamental dessa diferença está no próprio capital. Este é uma propriedade privada cuja acumulação se faz, de modo fundante, pela extração da mais-valia do

proletariado e se expressa sob a forma de dinheiro. Um capital pode, assim, passar de 10 para 10 mil, de 10 mil para 10 milhões, bilhões, trilhões... indefinidamente – indefinidamente, claro, desde que nos limitemos apenas e tão somente no seu processo de acumulação.

É essa capacidade ilimitada de acumulação do capital que faz com que o desenvolvimento do seu sistema pode até conduzir ao fim da humanidade – com o que, evidentemente, terminaria o capital —, mas não conduzirá, jamais, direta ou automaticamente ao fim do capital através de sua superação pelo modo de produção comunista. Em tudo diferente do escravismo, o capitalismo não conhece um “beco sem saída”: sem a revolução, uma ação consciente dos trabalhadores e proletários contra o capital, nenhuma transição para além do capital será possível.

Novamente: não por uma questão de crença ou de opinião! Mas porque o capital não conhece, em si próprio, nenhum “beco sem saída” em sua acumulação.

MARX, LUKÁCS E MÉSZÁROS

As três obras decisivas da teoria revolucionária, *O Capital*, de K. Marx, a *Ontologia* de Lukács e o *Para além do capital*, de Mészáros, compartilham de algo comum em seus destinos. Foram as três, em larga medida, ignoradas pelos debates e pelas teorias a elas contemporâneas. O desespero de Marx e Engels chegou ao ponto de este último escrever resenhas, sob pseudônimo, em órgãos de imprensa tentando chamar a atenção para o texto de Marx. Não conheço nenhum caso semelhante em se tratando da *Ontologia* e do *Para além do capital* – mas, cá entre nós, até que não seria uma má ideia!

As três obras, também, quando receberam algum comentário de contemporâneos, na enorme maioria das vezes foram falsificadores ou expressavam profunda incompreensão

UM DOS EQUÍVOCOS MAIS CORRENTES SOBRE O TEXTO DE MÉSZÁROS É A INTEPRETAÇÃO QUE FAZEM DE SUA CATEGORIA DE CRISE ESTRUTURAL. PRIMEIRO, ESTA APENAS PODE SER CORRETAMENTE COMPREENDIDA SE FOR ARTICULADA TANTO COM SUA CONCEPÇÃO DO CAPITAL (UMA ACUMULAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA QUE APENAS PODE EXISTIR INTENSIFICANDO-SE ININTERRUPTAMENTE) QUANTO COM SUA CONCEPÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL. SEGUNDO, ELA NÃO PODE SER COMPREENDIDA SE DESARTICULADA DA NECESSIDADE DE UMA OFENSIVA SOCIALISTA

do texto em apreço. Em se tratando da obra-prima de Mészáros, a situação pode parecer um pouco distinta porque vivemos no país em que ela recebeu, de longe, a maior atenção em todo o mundo. Mas, mesmo em nosso país, pouco conhece e muito pouco se publicou sobre *Para além do capital*.

Um dos equívocos mais correntes sobre o texto de Mészáros é a interpretação que fazem de sua categoria de crise estrutural. Primeiro, esta apenas pode ser corretamente compreendida se for articulada tanto com sua concepção do capital (uma acumulação da propriedade privada que apenas pode existir intensificando-se ininterruptamente) quanto com sua concepção do sistema do capital. Segundo, ela não pode ser compreendida se desarticulada da necessidade de uma ofensiva socialista. Vejamos essas duas articulações.

CRISE ESTRUTURAL

O fato de o capital ordenar um modo de produção que tende a um aumento constante da produção e da capacidade produtiva, já no século 19 conduziu às crises cíclicas. A surpresa de David Ricardo, o maior economista burguês, ao eclodir a primeira crise cíclica, é sintomática de que a esfera da economia estava conhecendo uma situação histórica qualitativamente nova. Após a Revolução Industrial (1776-1830), o aumento da produção leva – no passado e ainda hoje – ao aumento da oferta a tal ponto que ultrapassa a capacidade de consumo: atingimos a superprodução.

A produção de mercadorias se inviabiliza e é interrompida, aumentando o desemprego e dando início ao círculo vicioso das crises cíclicas: cai a produção, aumenta o desemprego, despenca o consumo e, a produção, é novamente derrubada. Os bancos para compensarem as perdas, elevam os juros. A agricultura, vendendo menos para as indústrias, não conseguem pagar os juros elevados. Tudo, então, colapsa e a crise atinge seu ponto mais agudo.

Sem a produção, mais cedo ou mais tarde, a crise esgotava a superprodução, os produtos voltavam a faltar e a economia voltava a crescer. Com uma importante diferença: como na crise os pequenos são engolidos pelos grandes, a cada novo crescimento econômico o capital se concentra, as empresas e suas produções se tornam ainda maiores, conduzindo a crises cíclicas cada vez mais agudas.

No jornal passado, o de número 86, comentamos essa dinâmica das crises e, por isso, podemos economizar espaço. Basta lembrar que esse processo de concentração do capital recebe um enorme reforço com o fordismo e o Estado de Bem-estar nos países imperialista (“bem-estar”, lembremos, que é apenas a expressão do imperialismo e da exploração predatória da força de trabalho e das riquezas naturais da periferia do sistema). E que esse reforço conduziu à crise de 1929 e, já depois, na década de 1970, à crise estrutural.

A crise estrutural é a expressão, na teoria, da mudança de qualidade no, sempre, problemático processo de acumulação do capital.

Antes da crise estrutural, que se inicia ao redor dos meados de 1970, havia ainda novos territórios para o capital se expandir e novas esferas econômicas para ele ocupar ou desenvolver. Como vimos no Jornal Espaço Socialista n. 79, quando tratamos das causas históricas mais profundas de as revoluções não terem aberto à transição ao socialismo, antes de década de 1970 havia ainda a possibilidade do desenvolvimento nacional das forças produtivas. Foi assim que a antiga URSS e a atual China puderam transitar, em poucas décadas, de países dos mais atrasados do mundo a potências econômicas de primeira linha.

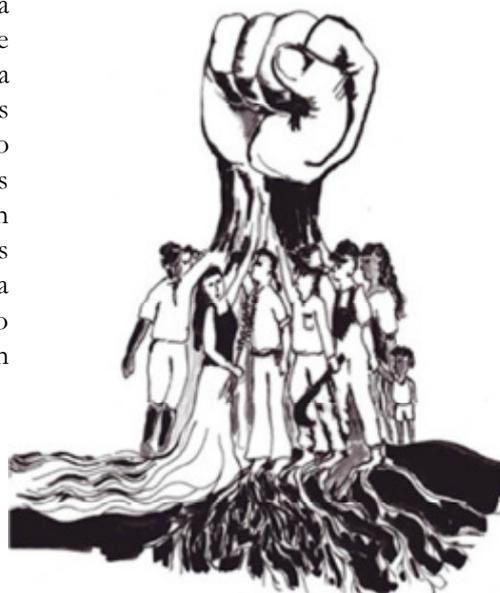
Ao lado disso, a superprodução

ainda não era de tal ordem que as crises não a pudessem superar momentaneamente. Assim, após cada crise, abria-se um período de expansão da economia, empregos eram gerados, novos investimentos eram realizados, ocorria uma nova rodada de concentração do capital etc. Por ser de menor volume, a superprodução também podia ser contrabalançada, ainda que momentaneamente, pelo complexo industrial-militar, pelas guerras localizadas (Coréia, Vietnam etc.) e algumas políticas públicas.

Com a crise estrutural, essa qualidade da reprodução do capital desapareceu e é substituída por outra. A superprodução é de tal monta que a crise não é capaz de consumi-la. A superprodução se torna permanente e, correspondentemente, a crise se tornar permanente. Agora, nenhuma medida conjuntural ou política localizada pode reverter a crise: apenas um mudança estrutural pode reverter uma crise estrutural.

A nova qualidade da crise, de cíclica a estrutural, se expressa imediatamente em que a sobrevivência das empresas requer que se aumente a produção com cada vez menos força de trabalho. A contradição do sistema se agudiza: com maior desemprego, o consumo cai, a superprodução se mantém e a crise não é superada. A produção e o consumo tornam-se frenéticos: é preciso fazer quem ainda consome, consumir cada vez mais e, para isso, deve-se produzir cada vez mais e mais barato com cada vez menos trabalhadores.

Cada vez uma parte menor da humanidade pode fazer parte do sistema



do capital, quer como produtor quer como consumidor. As cidades se convertem em gigantescas favelas, o campo em enormes vazios preenchidos por gado, cereais e muitos poucos trabalhadores. A sociedade vai se dissolvendo em uma crise permanente, em uma violência e um desespero que só são socialmente equiparáveis à desesperança por dias melhores. O capital, gerado pela produção crescente, não consegue retornar à produção e tem que se refugiar no sistema financeiro e nos serviços — o desmensurado crescimento de ambos é apenas uma das manifestações da crise estrutural. O número de suicídios supera os dos mortos em conflitos armados: o capital, uma criação humana, está destruindo os humanos.

Sendo breve: porque a acumulação do capital não conhece um “beco sem saída”, este processo não terá fim sem uma ofensiva socialista.

OFENSIVA SOCIALISTA

A nova qualidade que a crise estrutural trouxe para a reprodução do sistema do capital como um todo tem um profundo reflexo na luta de classes.

Antes da crise estrutural, principalmente nos períodos de crescimento econômico entre duas crises ou na expansão do capital a enormes territórios com o da antiga URSS e da atual China, era possível a melhoria da qualidade de vida e do aumento do consumo de parte importante dos assalariados. Não todos, evidentemente, mas de uma parte muito importante. Nos países imperialistas centrais, por vezes mesmo da maioria dos assalariados. Na URSS, a vida dos trabalhadores, se comparada à vida dos mesmos sob o czarismo, conheceu uma melhoria brutal em poucos anos. Na China, algo semelhante.

Essa situação de fato fez com que a participação dos trabalhadores, com seus sindicatos e partidos, no Estado, no parlamento, — no “jogo democrático”, para sermos breves —, tivesse alguns resultados: conseguia-se um melhor salário, um ou outro direito trabalhista, uma ou outra melhoria nas condições de trabalho, de moradia, de assistência médica, etc. O preço, elevadíssimo, era o de apoiar as “regras do jogo democrático”, o que terminou conduzindo à uma idolatria da democracia dos países imperialistas que,

mais tarde, se expressaria na tese da democracia como valor universal dos eurocomunistas.

Não seria mais necessária qualquer revolução: a luta democrática nas instituições burguesas conduziria a um capitalismo cada vez mais humano e mais justo. De reformas e reformas... conhecemos todos essa ladainha.

À direita do movimento dos trabalhadores, o reformismo afirmava que a revolução não seria mais necessária. Mas, em setores à esquerda do movimento, a revolução também era descartada por outro argumento, aparentemente esquerdista: o de que o próprio capital produziria as contradições que levariam automaticamente ao seu colapso e ao socialismo — sem que uma revolução fosse necessária. Henryk Grossmann, nesse contexto, frequentemente é mencionado.

É contra o reformismo e contra o “automatismo” da transição ao socialismo que Mészáros assinala a necessidade de

uma “ofensiva socialista”. Uma ofensiva que descarte a via reformista e que descarte todo automatismo: a revolução proletária apenas poderá ter lugar por uma ação coordenada e em larga medida consciente dos trabalhadores organizados ao redor do proletariado. A ação revolucionária é imprescindível para a revolução — e a revolução se tornou, além de necessária, possível: a crise estrutural não deixa a humanidade senão duas alternativas. Ou, para repetir Mészáros, “três, se tivermos sorte”: a destruição da humanidade, o comunismo ou a barbárie. Caso não transitemos ao socialismo, chegaremos à barbárie, diz Mészáros, apenas se tivermos a sorte de não sermos destruídos pelo capital.

A concepção de Mészáros que se expressa na sua teoria da crise

estrutural nada tem em comum com as concepções e teorias, como a de Grossmann, acerca de um inevitável colapso do capital e um igualmente inevitável futuro socialista. Pelo contrário, afirma a necessidade da ação revolucionária para que a crise estrutural possa se converter em uma sociedade sem Estado, propriedade privada, família monogâmica ou exploração do homem pelo homem. Sem uma ofensiva socialista, nada de revolução!

Não são poucos os que enxergam em Mészáros um moderno Grossmann: estão tão equivocados quando se afirmassem que o sol nasce a oeste.

Indicações de leitura: há pouca literatura disponível sobre Mészáros, a crise estrutural e a ofensiva socialista. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, de Cristina Paniago, é uma referência obrigatória. Em seu site (www.cristinapaniago.com) há artigos e textos que devem ser úteis. Sobre a revolução e a ação revolucionária nos clássicos do marxismo, vale salientar *O que fazer?*, de Lenin (as traduções disponíveis são equivalentes), *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels e, desde último, *Do socialismo utópico ao científico*.

A EPIDEMIA DO ZIKA: MAIS UMA FONTE DE LUCRO PARA OS CAPITALISTAS

FERNANDO EMMANUEL

A ORIGEM DO ZIKA

O vírus assim chamado recebeu este nome por ter sido encontrado em macacos da Floresta de Zika, na Uganda, em 1947 — a transmissão aos símios era realizada através da picada de mosquitos. No final do século XX, o ser humano entra nesse ciclo: passa a ser um “*hospedeiro acidental*”. Se nos macacos as doenças transmitidas pelo vírus aparentemente não lhes causavam mal algum, em mulheres e homens o vírus causava doenças e complicações ainda pouco compreendidas, mas que se tornaram um problema de saúde internacional, por conta de sua acelerada migração.

A doença chega a América do Sul, provavelmente em 2014, porém foi somente em 2015 que confirmou-se o primeiro caso de Zika no Brasil (na cidade de Camaçari, na Bahia). Os grandes aglomerados de pessoas, que é fruto do crescimento desordenado das cidades, e se conforma — principalmente — em áreas periféricas e marginalizadas são os principais pontos de proliferação do vírus no país. Esse quadro é ocasionado pela forte especulação

imobiliária, da qual a cidade é palco, uma vez que, ao enxergar as terras unicamente como fonte de lucro, ignora-se a necessidade de saneamento básico, água canalizada e/ou coleta regular de lixo, facilitando, desse modo, o desenvolvimento da doença.

O MOSQUITO E OS SINTOMAS: ZIKA, DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA

O principal transmissor dos vírus da Dengue, Zika e da febre Chikungunya é o mosquito *Aedes aegypti*, cujo ciclo da vida é de aproximadamente 40 dias e alimenta-se de sangue preferencialmente humano. Ele já pode ser encontrado em 70% dos municípios brasileiros e seus ovos são capazes de resistir por mais de um ano.

Os sintomas da Dengue, do Zika vírus e da febre Chikungunya são semelhantes: a febre, dores na cabeça, nos olhos, músculos e, em casos mais graves, sangramentos e queda da pressão arterial. No Zika vírus, há dores musculares, na cabeça, inflamação nos olhos e manchas na pele. Na febre Chikungunya, além dessas dores, há fortes dores permanentes nas articulações, prejudicando na

movimentação. Os atos preventivos veiculados são importantes para o combate ao mosquito, porém, enquanto a população cuida do âmbito pessoal (eliminando os focos da sua casa), vemos a política dos municípios, estados e do governo federal como um abandono ao combate da proliferação do mosquito em ambientes propícios — a questão do saneamento básico. Essa ausência de enfrentamento, questão histórica em nosso país, agrava ainda mais essa situação, já alarmante, por se tratar de um vírus, até então, desconhecido para nós.

No caso particular da Dengue, são identificados quatro tipos diferentes de vírus (sorotipos 1, 2, 3 e 4). Quando uma pessoa é infectada, por exemplo, pelo sorotipo 1, o seu corpo produz defesas, que a deixa imune a esse vírus (sorotipo 1) para o resto da vida; todavia, essa pessoa pode ser infectada pelos outros sorotipos (2, 3 e 4) — o que demonstra a seriedade da doença e seu potencial de perpetuação no tempo.

O ZIKA E A MICROCEFALIA

Nos últimos meses, surgiu um pavor ocasionado pela possível relação entre

o vírus da Zika e o surto de casos bebês com microcefalia (quando a circunferência de suas cabeças é menor do que o habitual, medindo 32 cm ou menos) e a Síndrome de Guillain-Barré (ataque súbito dos nervos das pernas e dos braços que causa uma fraqueza progressiva e pode levar à paralisia desses membros). Embora a OMS (Organização Mundial da Saúde) afirme que nada indica que vacinas vencidas, inseticidas ou mosquitos transgênicos causem a microcefalia, para a Organização dos Médicos Argentinos, o surto de microcefalia está ligado a um componente químico, produzido pela *Sumitomo Chemical*, juntamente com a Monsanto (chamado Pyriproxyfen).

Da mesma maneira que se dá em outros ramos de produção de nossa sociedade, essas grandes empresas veem a indústria química como meio de se ampliar seus lucros.

O componente químico citado anteriormente é utilizado pelo governo federal nas áreas no qual o mosquito tem grande incidência, sendo diluído na água que a população utiliza, ou seja, ainda mantém política de controle

epidemiológico na erradicação do mosquito e não investe nas políticas de prevenção, que são menos custosas e mais eficazes, porém geram menos lucros aos grandes empresários, como os da Monsanto.

Por se tratar de uma nova doença em desenvolvimento no Brasil (tendo sua incidência inicial entre abril/maio de 2015), o Zika vírus vem se proliferando, tendo a disseminação de forma acelerada: já tomou conta do país inteiro, chegando – inclusive – a maioria dos países da América do Sul, já tendo também casos na América Central e do Norte, o que causa espanto por conta de sua “misteriosa” rápida disseminação. Essa possível relação entre Zika vírus e microcefalia é bastante preocupante, pois no Brasil os números de casos de microcefalia já passam de quatro mil.

A MICROCEFALIA E O ABORTO

Com o surto de microcefalia, ocorreram vários casos de abandono de mulheres grávidas pelos seus parceiros. No Brasil o aborto não é legalizado: percebemos que apenas quem tem dinheiro pode fazer – mesmo

que ilegalmente – um aborto seguro em uma clínica particular. Em contrapartida, as mulheres que não tem condições financeiras recorrem a clínicas clandestinas, trazendo danos à saúde e risco de vida.

Tudo isso reacende o debate sobre a legalização do aborto na sociedade brasileira: começamos a ver as primeiras manifestações de deputados da bancada da bíblia, que já está propondo um aumento da pena para o crime de aborto em casos de microcefalia.

Defendemos a legalização do aborto, pois entendemos que proibir e não dar a assistência médica necessária é punir quem não tem dinheiro; também lutamos para que essa decisão seja uma escolha pessoal da mulher e não do Estado burguês:

Pela não criminalização do aborto!



“GREVE” DA CNTE: LIMITES E POSSIBILIDADES

O ano de 2016 herdou inúmeros problemas estruturais na Educação Pública, como cortes na verba federal, estadual e municipal; a gerência das Organizações Sociais nas escolas públicas; a “lei da mordaza” proposta pelo projeto “Escola Sem Partido”; a reorganização escolar e o fechamento de inúmeras salas de aulas; o autoritarismo nas relações escolares; a militarização das escolas; entre outros inúmeros problemas.

O retrocesso nas escolas públicas não é o único elemento de preocupação. Simultaneamente, o país sente os efeitos da crise capitalista e também de uma crise de alternativas socialistas, o que se reflete no fato de que a instabilidade política institucional é aproveitada pelas elites conservadoras, apoiada pela mídia, para impor uma exploração ainda mais intensa, um modelo capitalista que absorve direitos históricos, compromete emprego, salários e os serviços públicos utilizados pela classe trabalhadora.

É neste contexto que a Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Educação (CNTE), dirigida pelo PT, aprovou um calendário de mobilização em que nos dias 15, 16 e 17 de março se inicia uma Greve Nacional da Educação.

A CNTE coloca como pauta que os estados implementem o piso do magistério e seu reajuste (há estados que ainda se recusam a pagá-lo). Nos planos de carreira, a aprovação dos projetos de 1/3 de jornada para correção e preparação de atividades, também não cumpridos por vários estados e municípios.

Para 2016, o reajuste do piso determina 11,36%, valor irrisório se considerarmos as perdas históricas, o desnível com as demais categorias que possuem ensino superior e até mesmo a inflação do ano passado, superior sem dúvida aos 10% oficiais.

Destaque-se que os ataques à Lei do Piso Salarial (Lei 11.738, de 16 de julho de 2008) são promovidos por gestores de estados e municípios que argumentam que com a crise econômica se suspenda qualquer reajuste, e que são

cobrados pelo governo central no sentido de que façam sua parte no brutal aperto fiscal implementado pelo governo Dilma e Congresso.

Lembremos os objetivos, ainda que limitados, do governo Dilma que apregoava:

“ampliar o investimento público em Educação Pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do país – no quinto ano de vigência desta Lei, e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.”

Para atingir o objetivo apresentado no PNE (Plano Nacional de Educação), uma das principais fontes de recursos seria o pagamento dos royalties e do Fundo Social do Pré-Sal.

Com um novo momento de crise mundial, o preço do barril do petróleo, que em junho de 2014 era negociado a cerca de US\$ 115, no início de 2016 está abaixo de US\$ 30. Além da queda do valor da commodity, o país enfrenta problemas de caixa na Petrobrás e a “impossibilidade” de custear R\$ 250

bilhões a mais de recursos por ano na área da Educação até 2024.

Todos os níveis do governo (federal, estadual e municipal) cortarão recursos da Educação, apresentando valores de investimento menores que os de 2014 e 2015. O Orçamento da União destinará à Educação no ano de 2016 cerca de R\$ 97,8 bilhões; esses valores se destinam ao pagamento de pessoal, custeio e investimentos.

Com a redução do orçamento, o governo corta alguns programas da área de custeio, por exemplo, bolsas de estudo do ensino superior e técnico, como o programa Ciência Sem Fronteiras, redução no Fies e em 50% do programa Pronatec, PIBIB, etc.

Nos estados e municípios, a política de austeridade também apresenta reflexos e a verba aplicada na área também cai.

O cenário das escolas estaduais e municipais em suas especificidades conta com salários de professores atrasados e/ou congelamento (para não dizer queda dos salários, ao levar em consideração a inflação e perda do poder de compra), falta de verba para comprar materiais de escritório, limpeza e realizar reparos das unidades escolares, redução dos cargos comissionados, cessão de gratificações aos professores, não convocação dos concursos públicos realizados e impossibilidade de construção de novas creches (1º meta do PNE).

Para a implementação deste projeto

capitalista que visa à Educação como mercadoria – em detrimento da emancipação humana – e conseqüentemente sua privatização, diversas secretarias licitam alguns de seus serviços e/ou privatizam as unidades escolares, e para tal a utilização da coerção é a receita, como verificado no Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Alagoas, entre outras regiões em que educadores e educandos foram perseguidos e aprisionados ao se oporem a tal projeto.

O cenário apenas tende ao pior, com a possibilidade de aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que objetiva aumentar a flexibilidade do governo na utilização dos recursos do orçamento em áreas de maior prioridade e permitir a geração de superávit nas contas do governo.

Nesse contexto, a necessidade de luta e sua unificação em uma Greve Geral da Educação é emergencial, mas não devemos iludir as frentes de luta e os ativistas com a CNTE, pois a finalidade de sua direção (PT) é um nível limitado de mobilização capaz de dar alguma resposta para suas bases e desgastar os governos estaduais e municipais – particularmente os dos partidos que compõem a Oposição de Direita ao governo Dilma –, mas que não é capaz, de fato, de romper o dique do ajuste fiscal, inclusive dos estados e municípios, pois

	2014	2015	2016
Pessoal	40.369,47	46.669,94	47.689,16
Ativo	29.785,40	34.992,89	36.018,76
Inativo	10.584,06	11.677,05	11.670,40
Custeio	45.738,82	44.537,19	43.937,17
Investimento	9.015,51	5.454,18	6.258,63
TOTAL	95.123,80	96.661,31	97.884,96

disso depende o ajuste fiscal geral do país e as metas frente ao capital financeiro para o pagamento dos juros da Dívida Pública, que só neste ano vão somar 46% do Orçamento (mais de 1 trilhão de reais).

Assim, com uma categoria múltipla, a formação da base deve ser incessantemente trabalhada e interligada nacionalmente, fator que muitas vezes é substituído por decisões de cúpula, inclusive das principais correntes de esquerda de oposição (PSTU, PSOL).

Com o contexto político e social atual, a Greve Nacional serve como possibilidade de setores realmente combativos se posicionarem e enfrentarem o projeto do capital.

Para tal, todos os locais onde exista possibilidade de luta devem se lançar para tal, com informativos à sociedade (carros de som, faixas em vias, aulas públicas, anúncios em mídias independentes, entre outros), atividades internas e externas, a unidade com alunos, pais e demais categorias e apontando para formas de organização de base nas escolas, e divulgação/ discussão de um projeto socialista de sociedade.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS's): PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

UM BREVE HISTÓRICO DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Nos anos 90, o projeto político neoliberal ganhou terreno no Brasil e a lógica privatista foi a saída da burguesia para enfrentar a crise estrutural do capital. Collor (1990-92) se utilizou de todo o aparato ideológico para ludibriar os trabalhadores e enganá-los para se convencerem que a transferência de atividades produtivas e serviços estatais para a iniciativa privada fosse bom. Alegava-se que o tamanho do Estado era o vilão da situação econômica do país, marcada por desaquecimento e altas taxas de desemprego.

Na década de 90, no governo FHC, ocorreram as maiores privatizações da

história do Brasil, incluindo empresas como a Vale do Rio Doce, serviços públicos como a eletricidade, o transporte e as telecomunicações. Muitas empresas e bancos estatais estaduais também foram privatizados.

Os governos Lula e Dilma deram continuidade na política de privatizações dos governos anteriores, com um agravante: o discurso é de que se trata de concessões, e não privatização. Só que são “concessões” por 20, 30 anos e ainda renováveis por períodos iguais.

Entre 2003 e 2010, cerca de 3.500 quilômetros de rodovias federais foram concedidas para empresas privadas. No que tange às ferrovias, dos 28 mil quilômetros que sobreviveram às

privatizações dos anos 90, não há hoje um trilho sequer que não esteja sob o monopólio das concessionárias. E não acaba por aqui: o pacote privatista do governo incluiu leilões para concessão de usinas hidrelétricas; a entrega dos aeroportos (os mais importantes já foram privatizados), leilões de campos da bacia de petróleo do pré-sal; além da



privatização da saúde e do ensino, através das chamadas Organizações Sociais (OSs), OSCIPS e EBSERH.

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DESMASCARADAS

Das várias modalidades de privatizações, neste artigo vamos tratar das Organizações Sociais (OS's) e estamos editando um material sobre as outras formas.

Foi na esteira das privatizações dos anos 90 que as OS's foram criadas. Estas, nada mais são do que entidades privadas para as quais são outorgadas, pela administração pública, a realização de atividades ligadas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, como reza a lei n. 9.637.

Celebra-se um contrato de gestão ou de convênios com tais entidades para que fiquem responsáveis pelo gerenciamento do serviço antes realizados por órgãos públicos. Por exemplo: um hospital ou uma escola. E com a utilização dos recursos públicos.

Sim, entidades privadas utilizando recursos públicos para gerenciar serviços públicos (ou que deveriam ser públicos)! Mais uma situação em que o dinheiro é público, mas o lucro não!

Aparecem como entidades sem fins lucrativos, mas se tiramos as máscaras das OS's, o que resta de positivo é nulo. Os hospitais do Rio de Janeiro são administradas por OS's. Uma crise sem tamanho: não funcionam, corrupção, remédios estragando...

O capital privado penetra sem freios na esfera pública e o STF – como parte do comitê executivo dos negócios burguesia – considerou legal, em 2015, a dispensa de licitação na contratação das OS's pelo Estado, sob a justificativa

hipócrita de que não se trata de delegação de serviço de competência do poder público ao privado, mas sim uma parceria, uma relação de coparticipação.

Não há, na prática, como isso não desencadear em direcionamentos e/ou favorecimentos e, ao contrário do que acontece nos processos licitatórios públicos contaminados, nem haverá caracterização de crime. Assim, poderão repartir entre as frações da classe dominante o nosso quinhão.

Além disso, outros procedimentos de controle são flexibilizados (fiscalização de contratos e repasse de recursos), deixando o terreno livre para o desvio de verbas, a corrupção e o superfaturamento. No final de 2015, um megasquema de corrupção veio à tona no Rio de Janeiro, com mais de R\$ 48 milhões em recursos públicos fraudados. A investigação concluiu que os donos da Biotech – que gerenciavam dois hospitais municipais – gastavam a verba destinada a materiais hospitalares para a compra de joias e carros de luxo.

ATAQUES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

As OSs, como não poderia deixar de ser, são um golpe contra os trabalhadores. A estabilidade no emprego, sob a ótica do capital, é - como governador de Goiás, Marconi Perillo, definiu – “a coisa mais burra e imbecil que existe”. Quem trabalha para as OSs - por serem privadas- não tem estabilidade e isso é uma porta aberta para a imposição de metas, produtividade.

Assim, o Estado alcança o objetivo de demitir para potencializar os lucros e intensificar o trabalho dos que não foram demitidos. É fazer com que 900 trabalhadores num hospital de urgência façam o mesmo que 2.100. É por isso que a contratação de trabalhadores pelas OS's é via CLT, e não estatutária: porque a estabilidade no emprego não interessa ao capital.

Assim, prestar o serviço só levará em consideração o interesse do patrão. E os capitalistas sabem que, além de tudo isso, leva a uma divisão entre os trabalhadores, dificultando a organização e mobilização. A velha máxima do capital sobre o trabalho: dividir para dominar.

Não há como essa trama – com salários mais baixos, atrasos nos pagamentos (mesmo com repasse do

dinheiro), alta rotatividade no emprego, assédio, sem plano de carreira, trabalhadores estatutários substituídos por terceirizados – não desembocar na precarização dos serviços públicos.

Não por acaso, existem questionamentos do Tribunal de Contas da União de que as OS's não apresentam uma melhoria na prestação dos serviços. No Rio de Janeiro, na área da saúde, dos muitos problemas verificados, a ausência de experiência prévia das OS's com saúde ganha lugar de destaque, ou seja, além de entregar serviço público para a iniciativa privada, estas nem tem competência para a atividade.

É esse o projeto de saúde que o PT, PMDB, PSDB e seus consortes almejam à população.

GASTA-SE MAIS COM AS OS's

As instituições geridas pelas OSs custam muito mais aos cofres públicos do que as administradas diretamente pelo poder público. Diferente do que alega a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, por exemplo, quando se propagandeia que as OSs são “exemplo de economia e eficiência”. Ali, em 2008, os hospitais administrados pelas OSs custaram, em média, 50% a mais. Em 2009, 47% (<http://goo.gl/jfd5Qn>).

Com tudo isso e mais um pouco as OSs são impulsionadas pelo governo petista, e a própria Dilma não esconde sua simpatia com o modelo de gestão. É fundamental que os trabalhadores e a juventude combatam mais esta ofensiva do capital.

É INSUFICIENTE COMBATER AS OSs DE FORMA ISOLADA E SEM UM PROGRAMA MAIOR

Os trabalhadores, estudantes e movimentos sociais vêm resistindo às OS's, sobretudo no âmbito da saúde e da educação. As ocupações nas escolas pelos estudantes secundaristas em Goiás talvez sejam o maior e melhor exemplo de resistência.

Ali, a pretensão do governo é de entregar cerca de 30% das escolas às OS's. E vale tudo para fazer valer este plano: prisão de estudantes; deslocamento, na surdina, de audiências públicas de um local para outro; cerco policial para coagir e impedir a participação nas audiências. A imposição está sendo feita, mas a custo de muita luta.



Para além do uso da força e coação – que inclusive levou à prisão de 31 pessoas em fevereiro, numa tentativa de ocupação da Secretaria da Educação – e do aparato repressivo, os movimentos mostram sinais de esgotamento porque não se construíram com a unidade que se faz necessária.

Estudantes agem bravamente, de um lado, e os trabalhadores, de forma muito mais subsidiária e incentiva, do outro. Não há centralidade estratégica nem tática. Para se fazer avançar na luta, é fundamental que se reconheça que esse

isolamento não interessa ao movimento e a partir daí, se (re)organizar e intervir em frente única!

O capital avança de forma violenta e degenerativa e construir a unidade se torna central nos processos de luta.

Diante deste mesmo cenário, manter divorciadas as bandeiras específicas de um programa socialista e anticapitalista, só levará a conquistas efêmeras e localizadas.

Á longo prazo, o que se terá é desgaste e desilusão. Sabemos que a lógica do capital é incorrigível e isso

significa, diante da crise estrutural do capital, que é impossível controlar a busca desmedida pelo lucro. Para os trabalhadores, isso significa perder amanhã o que se conquista hoje, se mantidos os marcos do capital.

Por isso, devemos dizer não às OSs, nos posicionar contra a privatização dos serviços públicos, contra a terceirização e precarização, a favor da estatização das empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores, travando combate contra o capital e contra o Estado! Por um governo socialista dos trabalhadores!

ESTADOS UNIDOS: ELEIÇÃO NA “MAIOR DEMOCRACIA DO MUNDO” NÃO TEM NADA DE DEMOCRÁTICO

Está aberto o processo eleitoral estadunidense para escolher o chefe dos capitalistas no mundo.

Começam com as chamadas “primárias”, onde os partidos Democrata e Republicano escolhem o seu candidato que irá disputar a presidência no colégio eleitoral (sim, as eleições estadunidense são indiretas.).

As principais figuras são, pelo Partido Republicano, Donald Trump e, pelos democratas, Hillary Clinton e Bernie Sanders.

DONALD TRUMP: O IMPERIALISMO VAI APOSTAR NO FASCISMO?

Como principal liderança burguesa global, o que ocorre nos Estados Unidos serve de inspiração para os demais governos do mundo, assim como àqueles que estão sob influência direta estadunidense. Nos anos 50, 60 e 70 a orientação política que vinha de Washington era de que, diante de qualquer mobilização do movimento social, seriam organizados golpes militares para impedir qualquer avanço de setores independentes.

Brasil em 64, Chile e Uruguai em 73, Argentina em 76 e tantos outros pela África, Ásia, Oriente Médio: são alguns dos exemplos de regimes políticos reacionários que se instalaram para reprimir e massacrar as mobilizações operárias e populares.

O processo de mobilização pelo mundo afora com a derrubada de diversas ditaduras (que criava instabilidade política e a radicalização contra os Estados Unidos) e o fim da

Guerra fria (disputas entre países que faziam parte dos blocos soviético e estadunidense) levou a que o imperialismo mudasse a política, apostando em regimes democráticos burgueses e que se mostraram mais eficientes na exploração dos trabalhadores pelo mundo afora. Os golpes militares são exceção.

O apoio de setores significativos da burguesia imperialista a Donald Trump seria um indicativo de que essa política de apostar em regimes democráticos estaria chegando ao fim. Ainda que não podemos descartar completamente, não há evidência de mudança significativa nesta política.

Donald Trump tem dado declarações de que perseguirá os imigrantes (sobretudo os mexicanos e mulçumanos), várias declarações machistas e entre outras tantas atrocidades, como a liberdade para a utilização de torturas para arrancar confissões de suspeitos. Sua ira vai até mesmo contra a Apple chamando o boicote a essa empresa por – até esse momento – ela ter se negado a fornecer os códigos de proteção do seu Iphone aos serviços de segurança dos Estados Unidos.

Adotar uma política com esse viés, e com problemas graves na economia capitalista mundial, seria apostar na instabilidade política mundial o que poderia crescer a oposição aos Estados Unidos mundo afora, aumentando a resistência aos negócios do capital na economia global.

O imperialismo sabe que, neste momento, os democratas cumprem

melhor o papel de dominação, aparecendo como os “amigos e protetores do mundo”. Donald Trump: não se encaixa neste perfil. E não é só a burguesia estadunidense que tem essa impressão. Até mesmo o Papa Francisco (com a declaração de que Trump não é cristão) indica que ele não é alterativa para o imperialismo.

Frisamos: neste momento, Trump representa um setor minoritário da burguesia estadunidense. Por traz do seu discurso há, fundamentalmente, a defesa de uma política para o capital recuperar a taxa de lucro principalmente pela expansão da indústria militar. Com a desculpa de enfrentar o Estado Islâmico, abriria-se um momento de invasões e participações mais diretas em conflitos militares, dado que a mercadoria produzida por esse setor precisa de guerras para ser consumida.

OS DEMOCRATAS

Outro que chama a atenção nas primárias do Partido Democrata é Bernie Sanders, vendido como candidato de esquerda (que disputa com Hillary Clinton, ex-Chanceler das Relações exteriores).

Até esse momento, surpreendeu: empatou em Iowa, teve vitória em New Hampshire e perdeu, por uma diferença mínima, em Carolina do Sul.

Com um discurso contra os ricos, os banqueiros e os políticos tradicionais, também tem propostas de saúde e ensino públicos e gratuitos. Inclusive se declara como “Socialista democrático”. A novidade está no fato de essa

candidatura ser abraçada por um amplo setor de jovens, sobretudo nas universidades.

Muito longe de ser socialista, não deixa de ser interessante que um candidato com esse discurso chame a atenção de setores já desiludidos com a política tanto dos democratas e republicanos.

As ideias não têm força sem haver um processo na realidade, algo que as alimente. O discurso de Bernie Sanders tem ganhado projeção por conta dos problemas sociais e econômicos que os trabalhadores dos Estados Unidos têm enfrentado

Todos os indicativos sociais apontam para a piora das condições de vida dos trabalhadores. Cursos universitários, por exemplo, não sai por menos de 29 mil dólares por ano (pouco mais de 120 mil reais). A maioria dos pobres não tem acesso à saúde (mesmo com a reforma de Obama), os empregos são cada vez mais precarizados e a população de rua cada vez aumenta mais (só em Nova Iorque são 60 mil moradores de rua).

Pelo funcionamento do sistema eleitoral estadunidense, é mais provável que Hillary seja a indicada para a disputa pelo Partido Democrata. A posição dos chefes do partido e do grande capital tem muito peso no processo eleitoral dos Estados Unidos.

Mas, não podemos desprezar o fato de que, depois de muitos anos – ainda que de maneira distorcida – vejamos manifestações amplas de descontentamento no interior do principal país imperialista. Na verdade, é continuidade de um processo que já tinha se manifestado com a importante greve dos trabalhadores do setor de *fast food* (McDonald e outros).

Já alertamos que não vemos em Sanders nenhuma alternativa. É parte do poder político que explora e oprime os trabalhadores dos Estados Unidos e do mundo. Mesmo com esse discurso, quando exerceu cargos executivos, como prefeito de Burlington aplicou fielmente os mesmos projetos políticos e econômicos.

OS DEMOCRATAS NÃO SÃO ALTERNATIVA

Se nos baseamos só pela imprensa burguesa, parece que com os democratas as coisas são diferentes. E não é. O Partido Democrata é parte do sistema de dominação vigente nos Estados Unidos.

As diferenças de Bernie Sanders com Hillary não são de essência. A crítica que faz aos grandes bancos é nos marcos da permanência do capitalismo, uma tentativa de “domesticação” dos banqueiros e investir mais no setor produtivo. Ou seja, a questão é quem vai explorar os trabalhadores.

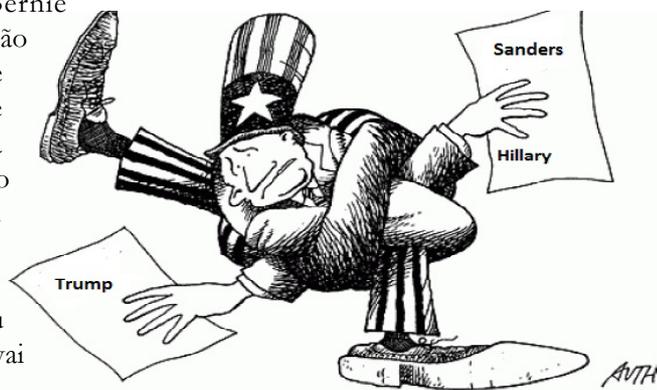
Lembremos que foi também sob o governo dos democratas que os Estados Unidos invadiram países, organizaram golpes militares, impuseram modelos de sub-colônia (países que, mesmo dominados pelos países imperialistas, tem uma burguesia “local”), enfim: orquestraram ataques brutais sobre os trabalhadores do mundo inteiro.

Não cabe a nós trabalhadores escolher o seu carrasco. Por isso, é importante gritar bem alto: o partido democrata (seja com Hillary como Sanders) é um partido capitalista e não serve aos trabalhadores!

AS RECENTES LUTAS PODEM AJUDAR NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA SOCIALISTA

A luta dos trabalhadores dos países imperialistas, além da força política, carrega simbolismos importantes para os trabalhadores do mundo, pois faz cair por terra a ideia de que a classe trabalhadora desses países vivem em condições sociais adequadas. Na prática, enfraquecem o imperialismo, que precisa se preocupar com as “questões internas”.

Por isso saudamos cada uma dessas lutas nesses países. A insatisfação tem levado às lutas e essas podem levar ao desenvolvimento de uma consciência anticapitalista na classe trabalhadora do coração do capitalismo. Conclusão importante porque muitos – inclusive da esquerda – acham que a consciência anticapitalista pode vir da participação no processo eleitoral.



ELEIÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS: UM PROCESSO ANTIDEMOCRÁTICO

A escolha do candidato dos partidos democrata e republicano para a disputa presidencial é feita ou pelas primárias estaduais (eleição por voto direto) ou pelos *caucuses* (assembleia da população de uma região que elege representantes para votar em um dos pré-candidatos naquele estado). São realizados em todos os estados.

Este processo serve para eleger (em regra é proporcional) delegados para a convenção nacional que escolherá o candidato do partido. Por exemplo, se em um dos estados, que elege 10 delegados para a convenção nacional, Hillary tem 60% dos votos e Bernie 40%, isso significa que Hillary terá 6 votos e Bernie 4 votos desse delegados na convenção nacional.

Escolhidos os candidatos de cada um dos partidos, há a eleição nos estados que serve também para indicar os delegados que comporão o colégio eleitoral (formado por 538 pessoas) e é este quem vai eleger o presidente dos Estados Unidos.

No entanto, ter mais votos nos estados não quer dizer ser o Presidente, pois pela composição do colégio eleitoral, estados com mais eleitores podem ter representação menor no colégio eleitoral, a exemplo das eleições de 2000, de George Bush vs. Al Gore. Quando Al Gore teve mais votos que Bush, mas Bush teve mais delegados no colégio eleitoral, ganhando a eleição.

Como se vê, a “maior democracia do mundo” elege o presidente de forma indireta, em um colégio eleitoral, mais fácil de controlar todo o processo e evitar surpresas.

É assim mesmo a democracia no capitalismo: para servir aos interesses dos capitalistas.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
[facebook.com/espacosocialista/](https://www.facebook.com/espacosocialista/)